



*Intervenção do Deputado José Andrade no debate da “Interpelação ao Governo Regional sobre o Futuro do Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores (PPM)”
Horta, 6 de maio de 2014*

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A RTP/Açores tem sido um tema recorrente e inconsequente da vida política açoriana.

Aquilo que os Governos – os sucessivos governos, de lá e de cá - e os Partidos (todos os Partidos) fazem com a RTP/Açores é... ‘baralhar as cartas’ e ‘distribuir o jogo’.

Ciclicamente o tema regressa à agenda política.

Todos assumem a importância estratégica da RTP/Açores e defendem a sua manutenção;

Todos reconhecem a fragilidade atual da RTP/Açores e reclamam a sua resolução;

Mas tudo fica sempre na mesma.

Os Governos e os Partidos unem-se nos princípios, desentendem-se nos meios e separam-se nos fins. Volta tudo à 'estaca zero'. Fica tudo em 'banho maria'. Até um dia em que tudo se volta a questionar. Ou até ao dia em que já nada se pode fazer!

Convenhamos que já chega. Já chega de empurrar para a frente um problema que nos vai cair em cima. E já é tempo de encontrar a solução de forma verdadeiramente empenhada, suficientemente responsável e devidamente consequente.

Reafirmar que o serviço público é uma responsabilidade do Estado, como é, e depois assistir a um desinvestimento reiterado, como sempre, é fingir a solução e persistir no problema.

Os dados estão agora lançados. Passemos então das palavras aos atos.

O PSD/Açores defendeu para a televisão açoriana uma solução empresarial, com participação regional e nacional, pública e privada, incluindo a diáspora açoriana;

O PS e o Governo defenderam uma empresa 100% pública e 100% regional, que fosse gerida pela Região mas suportada pela República;

O Governo da República propõe agora uma 'solução salomónica':

Por um lado, assegura a manutenção da RTP/Açores como serviço público nacional de Rádio e Televisão na Região;

Por outro lado, possibilita a criação de uma empresa fornecedora de conteúdos audiovisuais para o canal regional, que seja participada e gerida pelos Açores, com capacidade de aceder a financiamento dos fundos comunitários.

Esta proposta aparenta **três boas intenções**:

- Assegura a manutenção da RTP/Açores
- Garante a estabilidade dos seus trabalhadores
- Permite a modernização dos meios operacionais.

Mas esta proposta suscita **três consequentes preocupações**:

- Que projeto está por detrás da solução?
- Como funciona e como se financia essa nova “Empresa Regional de Serviço Audiovisual”?
- Fica aplicado nos Açores, como defendemos, o montante equivalente à Contribuição Audiovisual que é cobrada na Região?

Com estas considerações e sem outras precipitações, a primeira conclusão a retirar da proposta inicial do Governo da República é

muito simples: **o que ela mostra é positivo; o que ela não mostra é preocupante.**

A recente visita aos Açores do Ministro Poiares Maduro – mais pela abertura das declarações que proferiu do que pela insuficiência do documento que deixou – evidencia uma nova postura:

Em relação ao ministro anterior, assume a vontade de manter a RTP/Açores como canal regional e autónomo;

Em relação ao governo anterior, avança com a proposta concreta de criar condições para quebrar o ciclo de desinvestimento na televisão açoriana.

Abre-se assim uma ‘janela de negociação’ – e já não apenas uma ‘janela de emissão’ – que oferece perspectivas promissoras.

Em vez de um ‘cadafalso’, podemos ter um ‘trampolim’.

Temos é que saber ‘dar o salto’ que a RTP/Açores precisa e que a Região merece.

A Região tem que participar no futuro da RTP/Açores mas a República não se pode desresponsabilizar das obrigações nacionais de serviço público.

Afinal, há muito trabalho a fazer.



E há vontade e há interesse da sociedade açoriana e da economia açoriana participarem na solução proposta pelo Governo da República, como ainda ontem demonstrou a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

Quando a sociedade civil e a iniciativa privada estão dispostas a dar o seu contributo, os partidos políticos e os órgãos de governo próprio não podem ficar indiferentes a fingir que isso não acontece ou não tem importância. Têm a obrigação de corresponder à vontade dos açorianos se envolverem e se identificarem com o seu serviço público de Rádio e Televisão.

O que é preciso é 'arregaçar as mangas' em vez de 'cruzar os braços' ou apenas a 'bater o pé'.

O que é importante é que a proposta apresentada possa ser aproveitada, aperfeiçoada e potenciada. Que seja uma oportunidade a favor dos Açores. Para encontrar uma solução e não para agravar um problema.

Para isso, devemos ultrapassar as nossas diferenças e apostar no que nos une.

Se estamos 'todos no mesmo barco', temos que 'remar todos para o mesmo lado'.



Isto é válido para a concertação dos Partidos nos Açores, mas é também indispensável para a negociação entre os governos da Região e da República.

O apelo do PSD/Açores nesta interpelação parlamentar ao Governo Regional – que é dos dois governos o que responde perante este Parlamento – é para que aproveite a presente oportunidade negocial, com diálogo verdadeiro e cooperação consequente, para **decidir em vez de fingir** e para **resolver no lugar de adiar**.

A proposta e a abertura do Governo da República são uma oportunidade.

A responsabilidade e a capacidade do Governo da Região são um desafio.

A negociação que se impõe – e que não deve decorrer de costas voltadas para o Parlamento dos Açores – vai agora testar a boa fé da República e demonstrar a boa fé da Região.

Nesta ‘questão de regime’ autonómico, como bem disse o Presidente Duarte Freitas, o PSD/Açores não está do lado de um governo ou do outro. Está do lado da RTP/Açores e, sobretudo, está do lado dos Açores.

Se estivermos todos assim, ‘levaremos o barco a bom porto’!